



ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

Padrões da Ação Coletiva de Solidariedade Social do Empresariado Português: uma interface com o Brasil.

COSTA, Maria Alice Nunes

Doutora em Planeamento Urbano e Regional

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

alicecosta.rj@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da primeira exploração analítica do estudo comparativo entre Brasil e Portugal sobre a atuação empresarial baseada na solidariedade social, através da estratégia corporativa denominada por *responsabilidade social empresarial*. O intuito desta pesquisa é focar em ações sociais desenvolvidas por empresas e/ou instituições empresariais portuguesas para com comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica e, que estão social e ambientalmente impactadas pela ação das atividades econômicas dessas empresas.

Palavras-chave: Empresariado português, Responsabilidade Social das Empresas, Políticas Sociais





INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da primeira exploração analítica para o estudo comparativo, em curso, sobre a atuação de cunho social do empresariado brasileiro e português. Essas práticas baseadas no discurso da responsabilidade e solidariedade social tiveram uma expansão notável a partir dos anos 1990, através da estratégia corporativa denominada por *responsabilidade social empresarial (RSE)*.

Observei que ações sociais realizadas pelos empresários não é nenhuma novidade. Contudo, hoje, o tema está em grande expansão, adquiriu termo próprio (*corporate social responsibility*) e, hoje, internacionalmente, as regras e diretrizes da RSE estão sendo repensadas por empresas e organizações sociais para a elaboração da ISO 26000.

Ações coletivas visando à caridade, envolvendo o Estado e o empresariado já apareciam no século XVIII e XIX, na busca de desarmar potenciais antagonismos decorrentes da pobreza. A intervenção social empresarial, nesta época, expressava-se através da caridade pontual de beneméritos como forma de governar a miséria.

Como observou Bronislaw Geremek (1986), tanto o discurso filantrópico, presente desde o século XIX na Europa, quanto o da Igreja Católica encaravam o problema da pobreza como algo degradante, o que levou a atitudes de piedade e caridade. Neste período, a filantropia fundamentava-se na beneficência individual e na idéia de que a ajuda aos pobres deveria vir da iniciativa particular, inspirada por motivações mais elevadas do que as que movem a assistência estatal.

A responsabilidade social empresarial, hoje, tenta ampliar-se em relação à filantropia na medida em que, mostra que deve ser uma estratégia de negócio, com gerenciamento operacional, planejamento definido e com departamentos específicos dentro da empresa para desenvolver os projetos, implementá-los e controlar os resultados. É o que os norte americanos já batizaram de *strategic giving*, ou doação estratégica.

Voltada ao *público interno* de uma empresa, a responsabilidade social empresarial pressupõe um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos empregados no intuito de motivá-los a um desempenho ótimo que aumente a produtividade corporativa. Envolve, por exemplo, projetos de qualidade de vida; a busca de condições favoráveis no ambiente de trabalho; o fornecimento de cesta básica de alimentos; a criação de condições de segurança; planos de saúde; plano de cargos e salários; qualificação profissional etc. Além disso, a responsabilidade social das empresas tem aparecido através de programas de voluntariado, nos quais participam seus empregados, fornecedores e demais parceiros (*stakeholders*).

A responsabilidade social empresarial *externa* às empresas destina-se a programas ambientais de desenvolvimento sustentável e de projetos comunitários desenvolvidos pelas empresas através de parcerias com o governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades de baixa renda. Esta última modalidade se desenvolve nos anos 90, e adquire o termo de *investimento social privado* no Brasil; e em Portugal, o de *Mecenato*, de acordo com a Lei do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março de 1999), que *incentiva* essas práticas sociais empresariais.

As empresas – por mais paradoxal que pareça ser diante do fortalecimento do mercado – passaram a ter que enfrentar desafios éticos para a dimensão econômica, ambiental e social dos negócios. Necessitam assim, se articular com governos e com comunidades através do discurso normativo da responsabilidade social empresarial, como matriz orientadora estratégica para se manterem num mercado altamente competitivo e com uma regulação social estatal em processo de mudanças.



Contudo, nem todas as empresas adotam a proposta da responsabilidade social empresarial seja no discurso e/ou na prática. A opção, muitas vezes, refere-se ao porte da empresa, na medida em que as grandes são as que demonstram capacidade tecnológica e econômica para empreender inovações no campo gerencial.

Como afirma Comte-Sponville (2005), a moral tem se tornado desde os anos 80 um tema da moda. Este fato não significa essencialmente que as pessoas e as empresas se tornaram mais virtuosas; mas, esse retorno da moral na primeira linha dos discursos e das preocupações já é um fenômeno que merece ser levado em conta.

1. A Trajetória da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil e em Portugal

A. BRASIL:

No Brasil, a provisão de bens coletivos no Brasil esteve associada há aproximadamente quatro séculos à caridade realizada pela Igreja Católica e à filantropia empresarial marcadamente no processo da industrialização.

A institucionalização da caridade da Igreja Católica remonta com a chegada da Irmandade da Misericórdia e à instalação das primeiras Santas Casas de Misericórdia que, desde a metade do século XVI, mantém hospitais para a população. Foram criadas com preocupações caritativas e beneficentes e voltadas especialmente aos órfãos, idosos ou inválidos (Mestriner, 2001). Mesmo com a instauração da República (1889), o Estado brasileiro deu continuidade à políticas sociais implantadas pela Igreja Católica, através do financiamento por intermédio de repasse de recursos, subsídios, subvenções e isenções de impostos à instituições com a conotação de filantropia¹. Mestriner (2001) mostra a história da filantropia no Brasil que vai da caritativa (até 1889), à higiênica (1889 a 1930), a disciplinadora (1930 a 1945), a pedagógica profissionalizante (1946 a 1964), e à clientela vigiada (1964 a 1988).

Desta forma, o Estado foi construindo em parceria com a Igreja Católica e alguns empresários beneméritos uma estratégia de intervenção, de controle da pobreza com a proposta de transformar indigentes, abandonados, inválidos, doentes e delinquentes à categoria de “assistidos sociais”. Para tanto, foram se erguendo instituições próprias, de promoção, educação e reabilitação com lógicas científicas, técnicas, administrativas, filosóficas e jurídicas, que até hoje vigoram.

Também observamos uma atuação social de alguns empresários nos anos 80 do século XIX, a partir da construção de vilas operárias. Essas vilas operárias eram construídas para os trabalhadores das indústrias com capital privado. A origem das vilas operárias tem relação com inspeções sanitárias impingidas sobre as classes operárias durante a epidemia da febre amarela. Embora a motivação refira-se aos fortes interesses capitalistas e, muito diferentes no que tange ao planejamento específico para a proteção de bem-estar moral e físico dos trabalhadores, as vilas operárias incorporam o valor do isolamento dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados, tendo em vista o ambiente urbano crescentemente caótico. Além de expressar um modelo industrial paternalista, buscava criar um ambiente de trabalho controlado, livre da “desordem” causada pelo que muitos empresários acreditavam ser “as deficiências morais” das classes trabalhadoras da cidade (Carvalho, 1986:156-161).

O paternalismo também é visto na forma de desenvolvimento das vilas operárias da indústria têxtil no Nordeste do Brasil. A distribuição de privilégios de moradia nessas vilas expressa a arbitrariedade dos padrões nesta concessão. Essas habitações construídas pelos empresários transformaram-se no local onde se processava a reprodução do trabalho, dos princípios e códigos fabris. Desta forma, os trabalhadores



assumiam para a administração de suas vidas a racionalidade do capital, constituindo uma moral do trabalho. As vilas operárias sugerem um apelo para a atração dos trabalhadores rurais para a fábrica, através do aliciamento, além de significar a criação de um mercado de trabalho cativo e fechado, através de sucessivas gerações nascidas e criadas nas vilas operárias, sob o regime e temporalidade da expansão capitalista (LOPES, 1988).

A partir da década de 30 e 40 do século XX, observamos uma nova articulação entre o empresariado e o governo no Brasil no âmbito social, para atender aos propósitos comuns de modernização e industrialização da economia e de estabilidade social, ambos permeados pelos ideais de nacionalismo e racionalização do capitalismo. O processo de industrialização no Brasil teve seu grande arranque dos anos 1930 aos 1970 e, esteve marcado por um Estado autoritário e/ou populista como o grande promotor do desenvolvimento, ao lado de empresas nacionais e empréstimos internacionais.

Em conformação com o desenvolvimento capitalista tardio no Brasil, as políticas sociais surgiram como resposta ao processo de industrialização e urbanização e à expansão do trabalho assalariado. As diferenciações institucionais encontradas quanto à promoção dessas políticas sociais, referem-se ao resultado da correlação de forças entre trabalhadores, o empresariado e o Estado. Esses fatores associados é que configuram o desenho e as escolhas das políticas sociais no Brasil. Nossos direitos sociais, na maioria das vezes, foram regulamentados por governos ditatoriais, no mesmo momento em que os direitos políticos eram suprimidos, o Legislativo era fechado ou funcionava à mercê do Poder Executivo.

A política social do Estado brasileiro tem sido analisada com ênfase no caráter arbitrário e discricionário das subvenções governamentais, caracterizadas pelo assistencialismo e pela ausência de instrumentos de controle pela sociedade. Ela se desenvolveu tradicionalmente a partir de uma rede burocrática e clientelista, em que a promoção dos serviços sociais era realizada em meio de troca de apoio político, o que estimulava a cooptação, a manipulação, a corrupção e a redistribuição seletiva e discricionária da renda. Nossos bens públicos muitas vezes foram tratados como mercadorias e não como bens coletivos e universais, disponíveis a todos.

No final dos anos 80, as empresas passam a reavaliar seu papel e seus mecanismos de inserção política e econômica, bem como sua intervenção como agente social no novo cenário brasileiro. As mudanças no sistema internacional redefiniram a agenda governamental nos anos 1990 e, forçaram o empresariado brasileiro a se adaptar a um novo papel político e social no contexto de redemocratização.

Este período dá início o processo de abertura comercial aos produtos importados. A indústria nacional passa a enfrentar o desafio de se tornar competitiva em nível internacional ou desaparecer. Com o retorno da democracia no Brasil, formas autoritárias vigentes no interior das empresas, passaram a ser questionadas. Desta forma, empresários e gerentes passaram a se encontrar frente a um novo ambiente político e econômico, muito mais dinâmico e competitivo. Os padrões e praxes, assentados há quase meio século passaram a ser alterados e emergiu uma nova relação entre empresas e sociedade.

Desta forma, ao lado da abertura política e econômica no Brasil, os anos 1990 vão ser marcados por alguns fatores que favoreceram a expansão da estratégia empresarial denominada por responsabilidade social empresarial. A incorporação deste tema no Brasil foi notável e inédito, na medida em que emerge em um contexto de baixo crescimento econômico. Ao contrário, seria fácil imaginar ações sociais empresariais em cenário de crescimento expansivo. Contudo, esse movimento emerge no "calor" do processo de redemocratização no Brasil e da ideologia da co-responsabilidade e solidariedade individual; ou seja, surge a idéia empresarial de que "Fazer o bem compensa".

Hoje, no Brasil, a idéia da responsabilidade social empresarial tem sido incentivada pelo próprio Estado. Há que ressaltar que existem empresas que ainda resistem em envolver-se com entidades governamentais e preferem elaborar autonomamente seus projetos sociais, através de suas fundações empresariais, ou em parcerias com organizações não-governamentais. Contudo, diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e agências de



fomento econômico brasileiras, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) têm buscado sensibilizar as empresas brasileiras para atuarem em parcerias com governos e comunidades na produção de projetos e políticas de bem-estar social, até mesmo como contrapartida para o financiamento das atividades econômicas das empresas. Desta forma, a maioria das empresas quando empreende ações sociais se articula, através de redes de parcerias com o poder público e/ou com ONGs, como forma de demonstrarem sua disponibilidade de diálogo com outras instâncias.

B. PORTUGAL

Apesar da relativa turbulência da Revolução de 25 de Abril de 1974, a abertura política e econômica favoreceu uma grande renovação no modelo industrial em Portugal. Permitiu uma maior mobilidade na estrutura social (vertical e horizontal), que facilitou no surgimento de novos agentes econômicos que, conforme Lisboa, dificilmente surgiria “face ao poder de meia dúzia de famílias que controlavam a economia nacional anterior” (LISBOA, 2002, pág. 540). E é a partir do final dos anos 80, com a supremacia internacional do capital financeiro, que há uma significativa alteração na economia portuguesa.

Na segunda década de 1990, Portugal passou por uma mudança substancial na sua balança de capitais, passando rapidamente de importador para exportador líquido de capitais. Os grandes protagonistas foram os grupos financeiros e econômicos, em particular as empresas privatizadas. Contudo, de acordo com o Parecer de 1997 do Conselho Econômico e Social “Globalização - implicações para o desenvolvimento sustentável”, Portugal ainda dispunha de uma especialização industrial com debilidades muito patentes, quer ao nível da utilização das tecnologias mais evoluídas, quer ao nível do domínio ou inserção nas redes de comercialização e, com um forte constrangimento para enfrentar a dinâmica da mudança, inclusive a partir de seus recursos humanos (CEE, 1997).

Quanto ao comportamento das elites empresariais em Portugal, Lisboa (2002) aponta uma dualidade contínua, similar a análise realizada por Boaventura de Sousa Santos para as décadas de 60 e 70; ou seja: hoje, ainda, permanece em Portugal a presença de uma “burguesia heterogênea composta por um pequeno setor moderno e modernizante e amplas camadas mais ou menos retrógradas” (SANTOS, 1992, *apud* LISBOA, 2006, pág. 544).

Ainda são poucos os estudos, em Portugal, sobre o papel político dos agentes econômicos, no novo contexto democrático, sobre a sua capacidade associativa em relação à filantropia e, às suas ações políticas de cunho social. Desta forma, encontramos algumas dificuldades para analisar quais são os novos padrões de ação coletiva empresarial através de suas entidades representativas e, qual o comportamento desses empresários como atores políticos face ao novo estágio econômico e social em que se encontra o país.

A despeito desta dificuldade analítica, tentarei apontar alguns episódios que nos leve a pensar sobre a trajetória empresarial portuguesa rumo à estratégia da responsabilidade social empresarial e o envolvimento do Estado português em face a esta nova estratégia de parcerias na produção de políticas sociais.

Temos como um primeiro exemplo, os empresários portugueses católicos. Na cidade de Fátima, em 07 de Março de 1998 foi criada a Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) com princípios da RSE. Esta Associação foi constituída em 1952, sob a denominação UCIDT – União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho e, depois, denominada UCIDT - Movimento Cristão de Empresários e Gestores. A ACEGE, hoje, é uma associação de homens e mulheres de empresa, que partilham entre si valores cristãos e procuram aplicá-los no desenvolvimento profissional.

Em Portugal, já no final dos anos 1980, a ação social empresarial passou a ser incentivada, a partir de um dispositivo legal datado em 1986 (Lei do Mecenato Cultural) que estava direcionado ao conjunto de



benefícios fiscais para as empresas e particulares que contribuíssem para instituições ou atividades de interesse cultural (Decreto-Lei n.º 258/86)ⁱⁱ.

Em 1999, esta Lei foi ampliada para outros setores (Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março). Passou a integrar um conjunto de incentivos fiscais no sentido de estimular as empresas e os particulares a efetuarem donativos a favor das entidades privadas ou públicas que desenvolvam a sua atividade no âmbito do sistema social em benefício de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional (Artigo 2, da Lei do Mecenato). De acordo com o estabelecido para o Mecenato social, o seu donativo é totalmente dedutível nos impostos (totalizando 140%).

Quanto ao papel do Estado em promover redes de parcerias com entidades e associações empresariais para o desenvolvimento social, observa-se em Portugal uma trajetória neste sentido, desde o final dos anos 1990. Em 18 de novembro de 1997, foi sancionada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, onde cria o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, com o objetivo de se criar um fórum de articulação livre de autarquias, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos na busca de soluções coletivas dos problemas sociais, em especial à erradicação da pobreza (Diário da República, 18/11/1997, Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97).

Cinco anos mais tarde, em 12 de fevereiro de 2002, foi criado o Despacho Normativo n.º 8/2002 para a Regulamentação do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social que, dentre seus objetivos estava em desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais. O funcionamento da Rede Social prevê fóruns no âmbito dos Concelhos ou de Freguesias, respectivamente como Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Interfreguesias (Diário da República, 12/02/2002, Despacho Normativo n.º 8/2002).

Nove anos após a Resolução da criação da Rede Social, foi sancionado o Decreto-Lei n.º 115/2006, em 14 de junho de 2006, em que consagra os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, bem como a constituição, o funcionamento e a competência de seus órgãos. Dentre seus objetivos, está o combate a pobreza e a exclusão social e, a promoção da inclusão e coesão social, através do desenvolvimento social integrado. Quanto à composição das CSF e dos CLAS, podem integrar, além de órgãos públicos, entidades sem fins lucrativos, tais como **associações empresariais** (Diário da República, 14/06/2006, Decreto-Lei n.º 115/2006).

Outro exemplo de incentivo à responsabilidade social das empresas em Portugal é o “Prêmio Igualdade é Qualidade”, promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)ⁱⁱⁱ. Esta premiação tem como objetivo sensibilizar e fomentar, através do reconhecimento público de empresas e de organizações sociais, boas práticas na área da promoção da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Desde que teve início em 2000, até o ano de 2004, este prêmio registrou mais de uma centena de empresas candidatas. Em 2000, na edição inaugural, candidatou-se um grupo de 24 entidades e, em 2001, o número de candidatas teve um pico assinalável.

No que diz respeito à localização territorial nas entidades candidatas ao prêmio, a CITE verificou uma dispersão por diversos distritos e regiões, notando-se, todavia, uma concentração das organizações candidatas na região de Lisboa (onde se concentram 36,5 % do total de candidatas ao Prêmio). Seguem-se as organizações candidatas sediadas no Porto (17,6%), logo seguidas das de Aveiro (6,1%), Coimbra e Viseu (5,4%). O CITE assinala que esses dados referem-se à distribuição do tecido empresarial português pelo território nacional (CITE, Estudos n.º 5, 2006).

Quanto à existência de Fundações empresariais para executarem ações sociais, existem algumas criadas por empresários e, não por empresas, com exceção da Fundação Salvador Caetano e da Fundação Bial. A Fundação Calouste Gulbenkian criada em 1956, é uma instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a [Arte](#), a [Beneficência](#), a [Ciência](#) e a [Educação](#). Criada por disposição testamentária de Calouste Sarkis Gulbenkian, os seus estatutos foram aprovados pelo Estado Português a 18 de Julho de 1956.



Já a Fundação Bial (1994), da Indústria Farmacêutica Bial, “tem como objetivo o incentivo do estudo científico do Homem, tanto do ponto de vista físico como espiritual, distinguindo, apoiando e promovendo o trabalho e o esforço de todos aqueles que procuram trilhar novos passos no caminho da Investigação, da Ciência e do Conhecimento”. Considerada uma instituição de utilidade pública pelo governo português, a “Fundação Bial conta com os altos patrocínios do Senhor Presidente da República, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Ordem dos Médicos”, ou seja, suas ações são canalizadas para a investigação científica na área da Saúde e com o apoio do Estado.

A Fundação António Champalimaud (2004) apóia pesquisas nas ciências médicas, em especial na área de oncologia e neurologia; a Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Joe Berardo (2006) refere-se ao Museu Coleção Berardo de Arte Moderna e Contemporânea, situado no interior do Centro Cultural de Belém, em Lisboa; e, a Fundação Salvador Caetano – Grupo Salvador Caetano Portugal (1981) designa-se a uma Fundação para tratar restritamente de benefícios de seus trabalhadores e concede um prêmio aos melhores alunos de Universidades.

A adoção da estratégia corporativa da RSE em Portugal está relacionada ao documento elaborado no âmbito da União Européia, sobre os caminhos para promover um quadro europeu para a responsabilidade social empresarial, que estão contidos no *Livro Verde* da Comissão Européia de 18 de julho de 2001. Este documento foi elaborado pela Comissão das Comunidades Européia, através da Agenda Social Européia, e sua abordagem tem como objetivo refletir diversas iniciativas internacionais nesta área: UN Global Compact (2000), a Declaração Tripartite sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1998) e as Orientações para as Empresas Multinacionais da OCDE (2000).

Quanto ao desenvolvimento da responsabilidade social empresarial na dimensão externa, o Livro Verde a define como aquela que “ultrapassa a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONGs que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente” (LIVRO VERDE, item 2.2, 2001).

Como exemplo de empreendimento social, o Livro aponta o apoio de ações de promoção ambiental, o recrutamento de pessoas vítimas de exclusão social, a disponibilização de estruturas de cuidados à infância para os filhos dos trabalhadores, parcerias com comunidades, o patrocínio de eventos culturais e desportivos a nível local ou donativos para ações de caridade, a partir do estabelecimento de relações positivas com a comunidade local e a conseqüente acumulação de capital social (idem).

Em relação a este documento, Portugal realizou, em 2002, um amplo Seminário Nacional sobre Responsabilidade Social das Empresas, com a presença de empresários, governo e comunidade acadêmica, com o objetivo de refletir sobre uma proposta de responsabilidade social das empresas da seção portuguesa do Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e Empresas de Interesse Econômico Geral (CEEP) e do Conselho Econômico e Social da União Européia (CES, 2003). A grande preocupação de Portugal, neste seminário, concentrava-se em entender as diretrizes da União Européia e de que forma poderiam ser adotadas tendo em vista a fraca industrialização de Portugal, associada com o nível social e de cumprimento das normas, aquém dos países europeus mais ricos. Entendem que a adoção de responsabilidade social empresarial, apesar das pressões internacionais para a padronização, requer uma interpretação interna das conjunturas de cada país.

O governo português, através do IAPMEI, está realizando uma pesquisa sobre a responsabilidade social de PMEs do país, intitulado “SER PME Responsável”. O primeiro relatório, datado de 2005, resultado de um inquérito com 400 empresas, dentre outras observações, concluiu que: o termo “responsabilidade social das empresas” é entendido de forma imprecisa, vaga e parcial. Contudo, as empresas percebem que a RSE ao nível interno, pode contribuir no aumento da produtividade dos empregados; e, ao nível externo, pode colaborar para o aumento do capital reputacional da empresa frente à comunidade e ao governo. Ou seja, na globalidade das entrevistas, as empresas vêem a RSE como uma vantagem a ser adotada. Contudo, desconhecem políticas que incentivem estas práticas.



O relatório também aponta que o contexto econômico de recessão em Portugal constitui uma ameaça às empresas evoluírem neste tema, por duas razões: fuga de empresas e ausência de investimentos financeiros (IAPMEI, 2005).

Quanto ao associativismo empresarial recente, encontramos um movimento notável e inédito, em 2004: o Compromisso Portugal. Cerca de 550 empresários, gestores e académicos reuniram-se em Lisboa, no dia 10 de fevereiro de 2004, num encontro no qual foi debatido um novo modelo económico e de desenvolvimento para Portugal, conhecido como a “Convenção do Beato”.

Nesta reunião, empresários, nitidamente liberais, assumiram a responsabilidade de elaborarem um consenso alargado para as mudanças do desenvolvimento de Portugal, “independentemente de interesses corporativos, associativos ou de qualquer outra natureza”.

No seguimento das propostas discutidas nesse encontro, o Compromisso Portugal lançou a sua “Iniciativa de Causas – sete propostas para estudo e avaliação” –, texto em que se definem as bases para a construção de um novo modelo de sociedade “capaz de responder aos desafios que se colocam aos portugueses”.

Outro exemplo recente de padrão de ação coletiva do empresariado português em prol da solidariedade, se refere à Associação de Empresários pela Inclusão Social. Esta associação foi formada em 2007, por 120 empresários, donos do equivalente a 40% do PIB nacional, tem o objetivo de diminuir o insucesso escolar e, prevê o investimento de 100 milhões de euros nos próximos cinco anos (Revista Exame, Especial, Portugal, “Novo Mundo da Filantropia”, Inês Cunha Direito, 01/08/2007).

Outra Associação dedicada ao tema da Responsabilidade Social Empresarial é a Associação Industrial Portuguesa. Em 2005, publicou o livro *Responsabilidade Social das Empresas Portuguesas – 25 Casos de Referência* (Gago, Carlos Corrêa ; Cardoso, Eduardo Gomes; Campos, José Torres; Vicente, Luiz Moura; Santos, Mário Cardoso dos) e dispõe de um portal *online* com o objetivo de disponibilizar um serviço de referência na promoção e defesa da ética e da responsabilidade social das empresas.

A seguir, outros exemplos de iniciativas de RSE em Portugal:

1. **RSE Portugal** – É uma instituição ligada à Corporate Social Responsibility (CSR Europe) criada em 1995 sob a denominação de European Business Network. A RSE Portugal, criada em 2004, tem como objetivo “impulsionar, coordenar, dinamizar e divulgar boas práticas de responsabilidade social de empresas sediadas em Portugal tendendo ao intercâmbio e à multiplicação dessas práticas no tecido empresarial nacional”. Dentre seus membros estão as empresas: Portugal Telecom, Metropolitano de Lisboa, Grupo Luís Simões, CTT, IBM, TAP;
2. **O Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)** – Criada em 2000, é uma associação portuguesa sem fins lucrativos que pretende promover o conceito de cidadania empresarial através da parceria com outros setores da sociedade;
3. **Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)** – Criada em 2001, esta associação está vinculada ao *World Business Council for Sustainable Development* e, conta com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, com a missão de atuar em matéria da eco-eficiência, equidade social e responsabilidade social das empresas com estreita cooperação de empresas, governos e outras instituições preocupadas com o desenvolvimento sustentável;
4. **Projeto português “Mão na Mão”** – Trata-se de um movimento empresarial português, criado em 2001, que desenvolve ações de solidariedade social junto a instituições sem fins lucrativos, em particular àquelas que se dedicam a idosos, crianças pobres, deficientes e portadores de doenças graves. A empresa dinamizadora deste projeto é a PT Comunicações, envolvendo outras empresas.



5. **Site Sair da Casca** – Criada em 1995, Sair da Casca é uma empresa de consultoria em Comunicação da Responsabilidade Social das Empresas (www.sairdacasca.pt);
6. **Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE)** – Criada em 2002, tem como objetivo sensibilizar e promover a ética e a responsabilidade social no tecido empresarial e outras organizações portuguesas;

2. Uma Prévia Comparação:

Existem inúmeras diferenças geográficas, culturais e sociais entre Portugal e Brasil. Contudo, esses países lusófonos, partilham parte de suas histórias desde a colonização portuguesa no Brasil, no século XVI. Neste sentido, ambos possuem uma forte similaridade em relação a um legado histórico: a associação institucional intrínseca entre Estado e Igreja Católica. Este fato, provavelmente, contribuiu para mais tarde a manutenção longa de um Estado corporativista e autoritário, que gerou instituições estatais fracas para gerir a produção do bem-estar social.

Apenas uma década, aproximadamente, distancia o Brasil do processo de redemocratização de Portugal (Portugal em 1974 e Brasil em 1982). Apesar das especificidades desse processo em ambos os países, a crise econômica dos anos 1970 acelerou a imposição de mudanças nos padrões de financiamento local através de medidas receituárias de blocos econômicos diferenciados. Enquanto que, Portugal passou a adotar as diretrizes da União Européia, como país membro; o Brasil segue, em particular no campo social, como país devedor, as medidas “sugeridas” pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desta forma, apesar da concepção da ideia da RSE ser um paradigma internacional, cada país segue uma *guideline*: Portugal, a União Européia, e o Brasil o modelo norte-americano. Por outro lado, o modelo de abertura econômica, qualificado como neoliberal, está subjacente à organização social e ao grau de intervenção de cada Estado-Nação, juntamente com o caráter das reformas político-econômicas em andamento, em ambos os países.

Ao partir da premissa de que a RSE tem como objetivo minimizar os problemas sociais, em particular, no cenário de recuo da centralização do Estado; é necessário, como uma avaliação prévia, apontar que não existe consenso nacional do que venha ser o principal problema social a ser atacado. Ressalto que, a percepção destes problemas não se refere apenas aos dados estatísticos informados nacional ou internacionalmente, mas, principalmente, como grupos e setores, em especial o empresariado, vivenciam e interpretam esses problemas. Reconhecer a importância da visão empresarial não significa negar a importância da correlação de forças dos demais atores sociais, nem tampouco do papel da burocracia estatal. Mas, há que ressaltarmos que, a posição empresarial - no caso de Portugal e, mais significativamente no Brasil - tem sido estratégica em processos decisórios significativos no desenvolvimento das políticas sociais. Cada problema assume relevância social em distintos contextos e, adquirem subitamente, visibilidade, no sentido que alguns desses problemas podem “ameaçar a ordem”.

Conforme entrevistas realizadas para esta investigação, o maior problema social de Portugal é o desemprego; enquanto que no Brasil, é a violência urbana. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo também, o de verificar como as empresas e os empresários percebem os problemas sociais, em particular em Portugal, e quais são as intervenções sociais que estão sendo efetuadas para minimizar esses problemas, juntamente como o *modus operandi* que o aparelho do Estado vem realizando.

Em relação ao tipo de empresa que se dispõe a investir em ações sociais, estudos realizados no Brasil em 2000, pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), mostram duas variantes importantes em relação à adoção da ideia da responsabilidade social empresarial: a territorialização das indústrias e o porte das empresas. No Brasil, a região mais industrializada (Sudeste) e as empresas de



grande porte (com mais de 500 empregados), portanto, as que possuem capacidade financeira, tecnológica e inovadora, são aquelas que mais adotam a idéia da responsabilidade social empresarial. Por outro lado, são essas empresas que estão mais suscetíveis aos constrangimentos de organismos internacionais, frente à globalização e à competição acirrada. Portanto, serão elas que darão o primeiro passo rumo à responsabilidade social empresarial. Como observado em Portugal, também são as empresas situadas nas regiões industrializadas e as de grande porte que estão mais conectadas com a estratégia da RSE ou do Mecenato.

Outro aspecto a ser comparado, diz respeito à similitude em relação ao tom como a concepção da RSE é difundida em ambos os países. A idéia de filantropia, amor ao próximo, caridade e assistência aos necessitados é uma constante no discurso em Portugal e no Brasil. Contrário, portanto, à concepção original da visão de que a RSE é uma estratégia empresarial. Ou seja, a nova abordagem da ação empresarial de cunho social tem como objetivo ir além das doações caritativas do passado. Os organismos que difundem a estratégia empresarial da RSE tentam sensibilizar as empresas no sentido de que, trabalhar em parceria e co-operação pode criar externalidades positivas à sociedade, através de alguns princípios, tais como: desigualdades sociais inibem o crescimento da empresa; ao melhorar as condições de vida da população, possibilita-se a ampliação do mercado consumidor; uma empresa socialmente responsável gera trabalhadores mais produtivos e comprometidos com a empresa e também ganha a preferência dos consumidores; desenvolver práticas de boa vizinhança pode gerar orgulho da presença da empresa na comunidade. Em suma, a estratégia da RSE consiste na concepção de que o investimento social é vantajoso à empresa, na medida em que gera uma população saudável e produtiva: o que pode ser saudável aos negócios e aos lucros.

Tendo em vista que, nos últimos anos, há um incentivo do próprio Estado português e brasileiro ao apoio financeiro das empresas às ações sociais, antes restrita ao poder público, aproveito para fazer uma observação, que diz respeito à avaliação que o poder público (não) vem fazendo em relação a esses investimentos sociais privados.

Observa-se que o fomento e incentivo estatal para a cooperação social empresarial não tem sido desenvolvido com o mesmo grau e intensidade em relação à avaliação destes incentivos. Ou seja, o poder público não está na mesma dimensão, avaliando a parceria privada como política pública. Não tem sido criados instrumentos para o planejamento, nem tampouco elaborado análises financeiras da alocação dos incentivos fiscais subsidiados para esses investimentos.

Desta forma, o que observamos é que essas práticas sociais empresariais rumam a um processo de subjetivação de privatização do bem público, sem nenhum controle do Estado. Resta-nos perguntar: o mecenato português ou o investimento social empresarial brasileiro, através de incentivos fiscais, tem por objetivo prover o bem-estar individualmente ou fortalecer o Estado para que ele garanta a universalidade desta provisão?

Percebo que não há, no momento, meios de estancar a idéia da responsabilidade social empresarial. Ela está em franca expansão. Portanto, urge um aparato estatal preservado e a necessidade de serem implementados instrumentos de avaliação do poder público sobre a maneira como está sendo realizado o investimento social privado. Ou seja, em que medida, as leis de incentivo fiscal e dos subsídios estatais estão contribuindo efetivamente no campo social?

Em suma, em Portugal, alguns fatores impulsionadores da RSE parecem ser similares com a conjuntura política e econômica do Brasil. Porém, esses fenômenos contemporâneos se organizam, se combinam e se articulam de maneira específica, com pesos diferentes entre os países. Portanto, a partir das semelhanças históricas entre Brasil e Portugal, os resultados deste estudo comparativo poderá vir a contribuir para o melhor entendimento e compreensão das particularidades de cada país na formulação de padrões de ação coletiva de solidariedade empresarial nas questões sociais contemporâneas e na sua relação com a governação do Estado, em ambos os países.



Referências

CARDOSO, F. Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906. Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

CASTELLS, Manuel. *Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação*. In PRESSER PEREIRA; WILHEIM; SOLA, L. (Orgs.) *Sociedade e estado em transformação*. Brasília: ENAP e São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.

CECOA, Relatório Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal, in Projecto “CRS/SME – Promoting Corporate Social Responsibility in Small and Medium Size Enterprises, 2004.

CITE, Estudos n° 5, 2006

COMTE-SPONDEVILLE, A. *O capitalismo é moral?*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2005.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (Portugal). *Documentos de suporte ao parecer “Globalização – implicações para o desenvolvimento sustentável”*, 1997.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (Portugal). *Seminário: A Responsabilidade Social das Empresas*. Série Estudos e Documentos. Lisboa: Centro de Documentação e Informação do Conselho Económico e Social, 2003.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro Verde da Comissão Europeia: “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”*, Bruxelas, 2001.

COSTA, Maria Alice Nunes. *Samba e solidariedade. capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, SENAI, 2002.

_____. *As mudanças empresariais no Brasil Contemporâneo: o investimento social privado é uma nova forma de solidariedade?* Tese de Doutorado. Instituto de Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR), 2006.



CONDE, Idalina. "Mecenato Cultural: arte, política e sociedade" in *Revista Sociologia: problemas e práticas*, n. 7, outubro. ISCTE: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, 1989.

DINIZ, Eli. Empresário, democracia e desenvolvimento: tendências e desafios no limiar do novo milénio". Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Painel 71 (mimeografado), 2004.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. In SOARES, Glaucio; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GEREMEK, Bronislaw. A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

GOMES, Eduardo R e GUIMARÃES, Fabricia. Os Empresários entre a tradição e a Renovação; O Caso do PNBE. In *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, UERJ/NUSEP, vol.2, n.1, 2000.

HENDERSON, David. *Misguide Virtue: false notions of corporate social responsibility*. London: The Institute of Economic Affairs, 2001.

HODGSON, Geoffrey M. Economia e Instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna. Oeiras: Celta Editora, 1994.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. A Iniciativa Privada e o Espírito Público – Um Retrato da Ação Social das Empresas, abril. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 200.

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Licenciatura em Marketing, Disciplina de Comunicação em marketing, 2004.

IAPMEI, Projecto SER PME Responsável: Diagnóstico de Identificação de Práticas de Responsabilidade Social nas Pequenas e Médias Empresas, Portugal, 2005.

KIRSCHNER, Ana Maria. A Sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da Sociologia da empresa. *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. N. 1, 1º. sem./1995, Niterói: EDUFF, p. 19-30, 1998.

LIMA, Antónia Pedroso de. "Sócio e Parentes: valores familiares e interesses económicos nas grandes empresas familiares portuguesas". *Revista Etnográfica*, ISCTE: Centro de Estudos de Antropologia Social, vol. 3 (1), Lisboa, 1999.



LISBOA, Manuel (2002), *A indústria portuguesa e os seus dirigentes. Crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*. Lisboa: Educa.

LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo e Brasília: Ed.Marco Zero e CNPq, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

TOLDA, João. "Globalização e espaços locais: Economia do conhecimento e da inovação" in REIS, José e Baganha (eds). *A economia em curso: contextos e mobilidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

WORLD BANK . *Governance and Development*, 1992.

ⁱ Até hoje, no Brasil, as Casas de Misericórdia são consideradas instituições filantrópicas, complementares à rede pública (Sistema Único de Saúde /SUS), recebendo, assim, subsídios do orçamento do Ministério da Saúde.

ⁱⁱ No Brasil, temos uma Lei similar. Concebida em 1991 para incentivar investimentos culturais através de dedução fiscal, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), ou Lei Rouanet, como também é conhecida, pode ser usada por empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais.

ⁱⁱⁱ A CITE, criada em 1979, é uma entidade tripartite, formada por representantes governamentais e dos parceiros sociais (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional - CGTP-IN, Confederação da Indústria Portuguesa - CIP e União Geral dos Trabalhadores - UGT). É tutelada pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da Igualdade de Género.